

# Deputados repudiam limitação da terra



A fixação do limite máximo da propriedade rural em cem módulos de exploração agrícola, a perda sumária da propriedade pelo princípio da imissão automática, o não-pagamento de benfeitorias em moeda corrente, o prazo de 20 anos para indenização de terras requisitadas pelo governo e o conceito de função ou obrigação social são os principais pontos contestados por um grupo de cerca de 12 parlamentares, membros da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, no projeto apresentado pelo relator deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

a opinião da subcomissão em seu anteprojeto, apresentando antes mesmo de terminarem os debates. Em nossa visão, a sua proposta inviabiliza a agricultura brasileira. Por isto estamos buscando um consenso dentro da subcomissão, no sentido de modificá-la", declarou o deputado Jorge Vianna (PMDB-BA), um dos integrantes do grupo insatisfeito.

Em sua opinião não se pode limitar a terra produtiva, desde que ela cumpra a sua função social. "Nós temos compromissos com o PMDB e, dentro de seu programa, com a reforma agrária das terras improdutivas, qualquer que seja o

seu tamanho. O que não se pode é limitar a capacidade de trabalho de um cidadão, reduzindo o tamanho de sua propriedade produtiva. Outra grande falha no parecer de Lima Filho é a instituição da perda sumária da terra. O direito de defesa é um princípio inalienável de qualquer cidadão".

Eles reconhecem a existência de dois grandes grupos — um em defesa do anteprojeto e outro contra — e um possível voto ainda indefinido, cujo nome não quiseram revelar. Para evitar um racha, defendem o diálogo para buscar um consenso sobre a média de opinião de todos os integrantes da subcomissão.

## Ampliado o artigo que confisca bens ilícitos

Das quatro emendas entregues até ontem ao anteprojeto da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, nenhuma contesta seus quatro pontos considerados básicos. E uma, a do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), até amplia o artigo que dá poderes ao Congresso Nacional de confiscar bens por enriquecimento ilícito às custas dos cofres do Estado, estendendo a pena a quem se beneficiar de vantagens decorrentes da ocupação de cargos públicos.

A informação é do relator da subcomissão, deputado Nelson Friedrich (PMDB-RS), que, mesmo otimista quanto à aprovação do seu parecer pela maioria dos membros da subcomissão, prevê alguns focos de resistência à criação do Tribunal Constitucional, a começar pelo Supremo Tribunal Federal. "O Supremo tem sido o mais rígido contestador dessa proposta e já ganhou alguns adeptos, como o deputado Oscar Correa (PFL-MG), que me disse estar preparando uma emenda contra a criação do tribunal".

Outra proposta importante dentro do relatório, o impedimento da ocupação de cargo ou função pública por quem atentar, por meios violentos, contra a Constituição, tem sido bem aceita pela maioria dos parlamentares.

## Dante aprova propostas da comissão

Josemar Gonçalves

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, declarou ontem, estar «satisfeito» com o relatório do deputado Oswaldo Lima Filho, da comissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, que apresenta propostas a serem discutidas pela Assembléia Constituinte, relativas à reforma fundiária. «E um avanço», disse o ministro, ponderando que «precisamos estar abertos para algumas mudanças».

Dante de Oliveira admitiu que alguns pontos do relatório são inegociáveis para que a reforma seja levada adiante. Um deles é a imissão automática de posse da terra, pela união, logo após a desapropriação, dispensando o exame judicial da medida. Atualmente, o Incra só passa a deter a posse do imóvel desapropriado depois que a Justiça aprecia a medida.

Um outro ponto, igualmente inegociável, é a definição de um número máximo de módulos da propriedade, o que resultaria na limitação da área do imóvel rural. A medida é antiga, lembrou Dante de Oliveira, observando que o Estatuto



Para Dante, relatório de Lima significa um avanço

da Terra propunha um máximo de 600 módulos rurais. A proposta de Oswaldo Lima Filho, assim, é no sentido de reduzir a área para 100 módulos.

A vinculação da indenização ao tributo (Im-

posto Territorial rural) também é fundamental, disse Dante de Oliveira, ao sugerir que o ITR funcione como limite das indenizações e não parâmetro delas, conforme sugeriu Oswaldo Lima Filho, no relatório.

## Prazo para emendas vai até terça

Depois de algumas sextas-feiras onde as audiências públicas e as reuniões das subcomissões movimentavam os corredores e salas do edifício do Congresso Nacional, o dia de foi marcado pela ausência de constituintes, que tendo prazo até terça-feira para apresentação de emendas e debates sobre os relatórios, preferiram viajar para seus estados, já que a partir da próxima semana, provavelmente, a Constituinte vai se reunir mesmo nos sábados e domingos.

Mesmo subcomissões de muita movimentação, como a Reforma Agrária, não fizeram a reunião prevista. Onze constituintes estavam presentes e apenas um inscrito para falar, José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), mas tão logo o vice-presidente Fernando Santana (PCB-BA) abriu os trabalhos, Mendonça desistiu da inscrição e a reunião foi encerrada, estando prevista outra para segunda-feira, quando, mais uma vez, na opinião dos deputados presentes, não vai haver quorum para as discussões. Frustrados saíram os representantes de proprietários rurais, que vieram da cidade de Bom Descanso para pressionar contra o anteprojeto do relator Oswaldo Lima Filho (PMDB-DF). Eles esperavam a oportunidade de aplaudir os deputados José Mendonça de Moraes e Allyson Paulinelli, dois adversários da reforma agrária e que representam os proprietários daquela região.

## Lei Sarney deverá ser ampliada

São Paulo — A Constituinte deve ampliar os efeitos da "Lei Sarney" que concede incentivos fiscais aos investidores na área da cultura e para o setor de ciência e tecnologia. Esta foi a principal proposta apresentada pelos cientistas da Universidade de São Paulo (USP) através do seu José Goldemberg, durante os debates da Constituinte.

Destacando que atualmente menos de 3 por cento do produto interno bruto (PIB) se destina ao desenvolvimento de pesquisas no campo da ciência e da tecnologia, o reitor defendeu a inclusão, no texto da Constituinte, de um dispositivo que garanta a valorização do setor.

## Sedap promove debate sobre o novo regime

As implicações institucionais e administrativas dos regimes parlamentarista e presidencialista vão ser amplamente debatidas, a partir da próxima terça-feira, às 9 horas, no auditório Petrólio Portella do Senado Federal, em seminário internacional sobre parlamentarismo e presidencialismo. A iniciativa partiu da Sedap (Secretaria de Administração Pública da Presidência da República), cuja portaria o ministro-chefe da Sedap, Aluizio Alves, assina segunda-feira.

O momento para se discutir a implantação de um novo regime de governo, o parlamentarismo (ou neoparlamentarismo) não poderia ser mais propício. Cientistas políticos de renome da Alemanha, França, Espanha, Portugal e Estados Unidos falarão das experiências em seus respectivos países, tendo como debatedores juristas e parlamentares brasileiros. A ideia de realizar este se-

minário, segundo o coordenador-geral do Gepp, Célio França, partiu da necessidade de se discutir qual é a melhor forma de governo atualmente para o Brasil. Como as tendências indicam preferência para o parlamentarismo, Célio França é de opinião que uma eventual mudança política vai exigir uma administração mais estável, para compensar a instabilidade dos gabinetes inerente a este sistema.

Definido o tipo de sistema político do país, é imprescindível ao governo, salienta França a definição de um plano de carreira para a administração pública e consequente formação de pessoal para nível de direção no setor público, de maneira que, no caso de uma eventual queda de gabinete, os cargos de comissão sejam preservados, ao invés de trocados. No presidencialismo, governo e administração são um ente único.

## Sugestões não podem ser ainda avaliadas

Ainda não é possível avaliar toda a importância das sugestões encaminhadas à Constituinte pela sociedade civil e pelas entidades de classe. Mas elas já mostraram sua grande utilidade nesta primeira fase dos trabalhos. Muitas das propostas que agora aparecem nos pareceres dos relatores das 24 subcomissões temáticas partiram da sociedade civil. Elas chegaram à assembleia pela via dos debates e audiências públicas, como também através do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) ou simplesmente por carta.

As sugestões foram úteis de duas maneiras. Muitas tiveram aproveitamento integral. Um exemplo foi o material encaminhado pela Câmara de Vereadores de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, a partir de uma iniciativa do vereador Luiz Machado Strabili. A Câmara sugeriu, entre outras coisas, a proibição de se criar empréstimos compulsórios por meio de decretos-leis e, ainda, que eventuais empréstimos compulsórios aprovados pelo Legislativo se destinem exclusivamente a atender casos de calamidade pública.

O relator Fernando Bezerra Coelho, da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, aproveitou integralmente a sugestão, in-

cluindo-a no seu parecer. Os vereadores de Uruguaiana mandaram outras sugestões — algumas até repetitivas, mas todas de uma forma ou de outra, acabaram ajudando no trabalho do relator. Eles pediram, por exemplo, «o fim dos privilégios dos senadores, deputados, juizes e militares, que não pagam Imposto de Renda», e essa preocupação transparece no parecer do relator.

«Deu para sentir — explica o deputado Fernando Coelho —, com base nas cartas, telegramas e telefonemas recebidos, que as teses dos que nos procuraram eram bastante parecidas com as nossas». Fernando Coelho conclui, por isso, que a sociedade civil e a Constituinte «estão em sintonia». E ainda, que a média das sugestões demonstra a representatividade da Assembléia Nacional Constituinte, que por isso mesmo é legítima e soberana.

Mesmo quando não houve o aproveitamento direto das sugestões, elas serviram de referencial para os constituintes e ajudaram a firmar ou demover opiniões e conceitos. «Todo esse material — diz o deputado José Luiz Maia (PDS-PI), relator da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira —, permitiu-nos traçar determinados parâmetros. Às vezes, as sugestões nem diziam respeito à questão do orçamento.

## Relatório de Fiúza é criticado por Genoíno

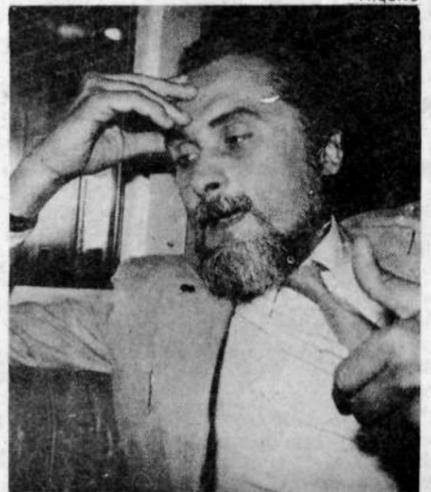
O relatório do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) é inaceitável. É uma cópia piorada do documento apresentado à subcomissão pelo Exército. Entre outras coisas, ele mantém a Emenda nº 1, de 1969, que garante a intervenção política das Forças Armadas e, mais grave ainda, coloca-as acima de qualquer outro poder, na medida em que vincula a sua obediência ao Presidente da República aos "limites da Lei".

A opinião é do deputado José Genoíno (PT-SP), membro da subcomissão, que promete apresentar uma série de emendas ao anteprojeto para tentar, principalmente, restringir o papel das Forças Armadas à garantia da defesa externa.

Entre as propostas do parlamentar não-contempladas no parecer de Fiúza estão a revogação do Conselho de Segurança Nacional, o fim da Censura, o poder de iniciativa do Parlamento sobre a organização das Forças Armadas e a supressão dos seis ministérios militares, através da criação do Ministério da Defesa.

Genoíno reconhece só contar com o apoio de quatro ou cinco membros da subcomissão para as suas propostas, por isso, prevê a aprovação do parecer de Ricardo Fiúza: "Esta foi uma subcomissão negociada para manter o atual poder de intervenção das Forças Armadas. Mas não vou desistir, pois na Comissão Temática (da Organização Eleitoral) o quadro já me é mais favorável e se não conseguir nada lá irei a plenário levar estas sugestões".

Arquivo



Deputado conta com pouco apoio

## Campelo assegura a criação do Tocantins

A criação do estado do Tocantins, no Norte do Goiás, foi dada como praticamente certa, ontem, pelo deputado Waldir Campelo (PFL-DF), 1º vice-presidente da Subcomissão dos Estados, que ainda vê boas chances para a criação de um outro estado, o de Santa Cruz, no sul da Bahia, ambos sugeridos no parecer do deputado Siqueira (PDC-GO), relator da subcomissão.

Segundo Campelo, a criação do estado do Tocantins é consenso dentro da subcomissão: "O próprio Congresso Nacional já aprovou por duas vezes a sua criação e sofreu veto presidencial. Entendemos que agora chegou a hora de atender a esta antiga reivindicação e livrar o Norte de Goiás do abandono em que se encontra. O próprio governador do estado, Henrique Santillo, defendeu esta proposta em nossa subcomissão".

Dos seis novos estados propostos no parecer de Siqueira Campos, o de Santa Cruz parece ser o segundo com maior número de simpatizantes. Campelo confirmou uma viagem, já na próxima semana, dos membros da subcomissão às cidades de Ilhéus e Itabuna, no sul da Bahia, para comprovarem a viabilidade do projeto. Os demais estados propostos — Triângulo (em Minas Gerais), Maranhão do Sul, Tapajós (no Pará) e Juruá (no Amazonas) ainda estão em discussão e só deverão ser melhor analisados durante os trabalhos da comissão temática de Organização do Estado, a serem iniciados no dia 25.